

DOI: <https://doi.org/10.30612/frh.v27i49.20185>

**As Forças Armadas e o golpe civil-militar de 1964: a
memória dos militares cassados nas entrevistas
do Memorial da Resistência de São Paulo**

The Armed Forces and the Civil-Military Coup of 1964: The
Memory of Dismissed Military Personnel in Interviews from the
Memorial of Resistance in São Paulo

Las Fuerzas Armadas y el golpe cívico-militar de 1964: la
memoria de los militares revocados en entrevistas en el
Memorial da Resistência de São Paulo

Rodrigo Musto Flores

Doutor em História pela UFRRJ
odrigomustoflores89@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2750-2719>

Jean Rodrigues Sales

Professor da UFRRJ
Doutor em História pela UFRRJ
jeansales@ufrj.br
<https://orcid.org/0000-0003-1178-2039>

Resumo

Os 60 anos do golpe civil-militar de 1964, lembrados no último ano, evidenciaram as disputas em torno da memória da ditadura e coincidiram com o retorno da participação ativa de militares na política, bem como com os usos de uma memória conservadora por grupos alinhados aos valores autoritários do regime. Esses fatores intensificaram a necessidade de compreender as dinâmicas internas das Forças Armadas e sua relação com os legados da ditadura. Nesse contexto, este artigo parte da análise do primeiro Ato Institucional, que fundamentou a política de acerto de contas e a aplicação da chamada “justiça revolucionária”, impactando diretamente as instituições militares. A chamada “operação limpeza” atingiu aproximadamente 6,5 mil militares entre 1964 e 1985, fazendo dessa categoria o grupo proporcionalmente mais atingido pela repressão política no período e revelando uma das especificidades da ditadura brasileira. Nesse sentido, o presente artigo propõe uma abordagem das narrativas de alguns dos militares perseguidos, cujos testemunhos estão sob a guarda do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP). A análise desses relatos de memória contribui para compreender um modo distinto de recordar a ditadura, entender o funcionamento do aparato repressivo interno das Forças Armadas e reconhecer a heterogeneidade presente nessas instituições antes do golpe de 1964, desafiando a memória conservadora promovida por setores militares que buscam associar a corporação a uma visão positiva do golpe e do regime subsequente.

Palavras-chave: Militares; Ditadura Militar; Repressão; Anistia.

Abstract

The 60th anniversary of the 1964 civil-military coup, commemorated last year, highlighted the disputes surrounding the memory of the dictatorship and coincided with the return of the active participation of military personnel in politics, as well as the use of a conservative memory by groups aligned with the regime's authoritarian values. These factors intensified the need to understand the internal dynamics of the Armed Forces and their relationship with the legacies of the dictatorship. In this context, this text is based on the analysis of the First Institutional Act, which laid the foundation for the policy of settling scores and the application of so-called "revolutionary justice," directly impacting the Military Institutions. The so-called "cleansing operation" affected approximately 6,500 military personnel between 1964 and 1985, making this category the group proportionally most affected by political repression during the period and revealing one of the specificities of the Brazilian dictatorship. In this sense, the present article proposes an approach to the memory narratives of some of the persecuted military personnel, whose testimonies are preserved by the Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP). The analysis of these memory accounts contributes to understanding a different way of recalling the dictatorship, to grasp the operation of the internal repressive apparatus of the Armed Forces, and to recognize the heterogeneity within these institutions prior to the 1964 coup, challenging the conservative memory promoted by military sectors that seek

to associate the entire corporation with a positive view of the coup and the subsequent regime.

Keywords: Military; Military Dictatorship; Repression; Amnesty.

Resumen

Los 60 años del golpe civil-militar de 1964, conmemorados el año pasado, evidenciaron las disputas en torno a la memoria de la dictadura y coincidieron con el regreso de la participación activa de militares en la política, así como con el uso de una memoria conservadora por parte de grupos alineados con los valores autoritarios del régimen. Estos factores intensificaron la necesidad de comprender las dinámicas internas de las Fuerzas Armadas y su relación con los legados de la dictadura. En este contexto, el presente texto parte del análisis del primer Acto Institucional, que fundamentó la política de ajuste de cuentas y la aplicación de la llamada “justicia revolucionaria”, impactando directamente en las Instituciones Militares. La llamada “operación limpieza” alcanzó aproximadamente a 6.500 militares entre 1964 y 1985, convirtiendo a esta categoría en el grupo proporcionalmente más afectado por la represión política en el período, y revelando una de las especificidades de la dictadura brasileña. En este sentido, el presente artículo propone un abordaje de las narrativas de memoria de algunos de los militares perseguidos, cuyos testimonios se encuentran bajo la custodia del Memorial de la Resistencia de São Paulo (MRSP). El análisis de estos relatos de memoria contribuye a comprender una forma distinta de recordar la dictadura, a entender el funcionamiento del aparato represivo interno de las Fuerzas Armadas y a reconocer la heterogeneidad presente en estas instituciones antes del golpe de 1964, desafiando la memoria conservadora promovida por sectores militares que buscan asociar a toda la corporación con una visión positiva del golpe y del régimen posterior.

Palabras clave: Militar; Dictadura militar; Represión; Amnistía.

1. INTRODUÇÃO

Passadas seis décadas desde o golpe civil-militar que marcou o início dos 21 anos da última ditadura militar, o legado desse período continua presente na sociedade brasileira. O distanciamento temporal, por um lado, colabora para que a sociedade se aproprie criticamente desse passado, engendrando mecanismos para superá-lo, como a instalação da Comissão Nacional da Verdade e as demais comissões regionais e setoriais criadas no país nos últimos anos. Ao mesmo tempo, desde 2016¹, o país assiste ao crescimento de correntes de extrema direita que se identificam com valores autoritários do regime ditatorial, como a tortura e o assassinato de opositores. Esses grupos promovem usos políticos desse passado, alimentando discursos laudatórios sobre o período, frequentemente veiculados por setores civis e por membros das Forças Armadas (FFAA).

O aparente monolitismo das Forças Armadas em relação aos legados do período ditatorial resulta de um processo histórico de apagamento dos militares que divergiram da utopia autoritária instaurada no pós-64. É necessário lembrar que os militares, como categoria social, constituem-se como um dos grupos mais atingidos pela repressão durante a ditadura². O processo de profissionalização das Forças Armadas brasileiras, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, foi fortemente influenciado pelo contexto da Guerra Fria. Nesse cenário, o uso crescente da violência extralegal, que se consolidou no interior dessas instituições, contribuiu para a formação de Forças Armadas que passaram a se definir em termos ideológicos, deixando de aceitar divergências internas, e aprofundando, rotinizando e institucionalizando práticas coercitivas entre os próprios militares (Smallman, 2004, p. 459).

¹ Nos referimos aqui de forma genérica aos movimentos que culminaram no golpe parlamentar contra a Presidenta Dilma Rousseff e ao posterior processo eleitoral que levaria Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil, no decorrer dos quais se fortaleceram correntes que defendem o legado simbólico do regime ditatorial.

² De acordo com o resultado das investigações conduzidas pelo grupo “Perseguição a militares” e publicado no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), pelo menos 6.591 militares integrantes das forças armadas e polícias estaduais foram alvos de perseguições políticas durante a ditadura. Ver: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório, v.1. Brasília: CNV, 2014. p. 597.

Nesse sentido, no panorama das disputas por uma memória sobre a ditadura, recuperar o ponto de vista dos militares cassados pode contribuir para evidenciar a existência de uma forma distinta de rememorar o período, fundada na experiência matricial daqueles que se recusaram a cancelar o golpe e a ordem autoritária que dele se seguiu. Além disso, a análise das perspectivas dos militares cassados permite compreender a existência de uma certa pluralidade de posicionamentos políticos nas FFAA antes do golpe, contribuindo para uma análise mais detida da relação dessas instituições com a política.

Dessa maneira, os depoimentos utilizados como fontes primárias para o presente artigo estão sob a guarda do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP). Eles integram o Programa de Coleta Regular de Testemunhos (PCRT), desenvolvido pelo núcleo de pesquisa do memorial, e fazem parte de um acervo que conta com 188 coletas realizadas, das quais 166 estão atualmente disponibilizadas no portal do MRSP.³ O Memorial da Resistência de São Paulo foi fundado em 2009 e se dedica a preservar memórias sobre as resistências políticas e lutas pela democracia durante o período republicano. Atualmente, o MRSP funciona na antiga sede do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP). A instituição desenvolve ações educativas de memorialização, trabalhos arquivísticos e museológicos cujo objetivo central é identificar e sinalizar antigos espaços clandestinos de tortura, chamando a atenção para as violações de direitos humanos ocorridas nesses lugares. Nesse sentido, a instituição tem papel importante na condução de políticas de reparação simbólica para familiares e vítimas das ditaduras (Trindade; Da Costa, 2017, p. 411).

Cabe destacar que os depoentes integram um grupo que, guardadas as devidas peculiaridades em relação aos diferentes ramos da carreira militar, eram

³ A prévia dos arquivos do Programa Coleta Regular de Testemunhos (PCRT), assim como exposições e outras ações conduzidas pela equipe do Memorial da Resistência, pode ser consultada no portal da instituição através do endereço: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/>. O acesso às entrevistas na íntegra é realizado mediante requerimento preenchido pelo pesquisador. Para mais informações, entre em contato com a equipe do Memorial da Resistência pelo seguinte e-mail: pesquisa@memorialdaresistenciasp.org.br.

jovens integrantes das Forças Armadas com posicionamentos legalistas, nacionalistas ou de esquerda no momento do golpe. Ademais, integraram, ainda que com diferentes níveis de participação, uma mesma comunidade, envolvendo-se nas lutas coletivas pela anistia aos militares cassados a partir de 1979. Nesse sentido, o conceito de comunidade de destino, enunciado por de Meihy e Holanda (2020), coloca em evidência o processo de construção social da memória ao destacar que eventos extremos e de natureza semelhante, como violências, abusos, arbitrariedades e dramas subjetivos, marcam a vida dos indivíduos. Essas experiências compartilhadas possibilitam a constituição de uma identidade político-social que distingue os integrantes do grupo, define suas fronteiras simbólicas e sustenta o processo coletivo de elaboração da memória (Meihy; Holanda, 2000, p. 51).

Nessa perspectiva, a mobilização de entrevistas e relatos de memória colhidos junto aos militares perseguidos não tem, nesta análise, a função de fornecer apenas dados objetivos. Ao contrário, tais depoimentos evidenciam um processo de construção de memória no qual se entrelaçam elementos subjetivos, revelando a complexidade das experiências humanas no tempo. Assim, ao resgatar trechos dos relatos desses sujeitos, tem-se contato com vivências profundamente marcadas pela experiência da ditadura militar e pelas consequências advindas das perseguições políticas.

As entrevistas de história oral são fontes importantes para os historiadores que se debruçam sobre a história do tempo presente. De acordo com Leite *et al.* (2020), as fontes orais podem ser tratadas como documentos que apresentam indícios e fragmentos de situações vivenciadas pelo entrevistado, permitindo o acesso às experiências dos indivíduos, aproximando o pesquisador do sujeito histórico, de suas práticas sociais e enfatizando o ser humano como agente de constituição da vida em sociedade (Leite, et al; 2020, p. 244). Além disso, a singularidade dos testemunhos em questão oferece uma perspectiva privilegiada para examinar tanto a experiência daqueles que foram atingidos pela violência de Estado quanto às formas pelas quais relataram os episódios dos quais tomaram parte (Sales, et al, 2019; p. 11). Essas fontes iluminam um conjunto de narrativas ainda pouco

exploradas dos eventos que levaram ao mais duro dos golpes desfechados contra democracia no Brasil, ampliando o panorama de estudos sobre a relação entre as FFAA e a sociedade, bem como sobre a memória constituída a respeito da ditadura militar e a justiça de transição no Brasil.

2. Aparando as arestas: o impacto do primeiro Ato Institucional nas Forças Armadas

No dia 9 de abril de 1964, o autointitulado “Comando Supremo da Revolução”, formado pelos comandantes-em-chefe das Forças Armadas, outorgou um Ato Institucional que, posteriormente, seria denominado AI-1. Esse instrumento tornou-se um dos principais marcos da chamada “justiça revolucionária” conduzida pelo regime, ao regulamentar a sanha punitiva, as violações de direitos humanos e os ataques à oposição. A edição do AI-1 alterou as regulamentações previstas na Constituição de 1946, que haviam sido, inicialmente, mantidas para conferir uma aparência de legitimidade à ditadura.

Conforme aponta Maria Helena Moreira Alves (2005), o AI-1 institucionalizou o Estado de Segurança Nacional no Brasil pós-64, evidenciando a aparente contradição entre uma “revolução” que se pretendia democrática e o alto número de punições direcionadas a seus opositores, fator que resultou em uma permanente crise de legitimidade (Alves, 2005, p. 54). Nesse sentido, o § 1º do Art. 7º do AI-1 atingiu servidores públicos civis e militares, suspendendo prerrogativas de função, bem como as garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade. Com isso, iniciou-se a abertura dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), conduzidos por oficiais superiores da ativa das Forças Armadas. Inaugurou-se, assim, um intenso período de perseguições, que resultou em uma verdadeira devassa nas vidas profissionais e pessoais de cidadãos opositores ao golpe.

Para uma melhor delimitação do recorte utilizado nesta pesquisa, apoiamos na leitura de Klein e Figueiredo (1978) sobre as políticas de coação no Brasil pós-64. Segundo os autores, o regime se divide em três ciclos punitivos: o primeiro compreende a repressão que se seguiu ao golpe até a edição do Ato Institucional nº

2 (AI-2), em outubro de 1965; o segundo abrange o período entre a vigência do AI-2 e a promulgação da Constituição de 1967; e o terceiro tem início com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, estendendo-se até sua anulação, em 1978 (Klein; Figueiredo, 1978, p. 170-171). Vale destacar ainda que o processo de aprofundamento das punições, que delineou os denominados ciclos punitivos, foi um resultado natural da disputa entre os condescendentes e os dissidentes do projeto político que emergiu após o golpe civil-militar de 1964. Nas FFAA, as disputas de cunho político-ideológico são marcadas por diferentes posturas e discursos em relação à política de desenvolvimento econômico característica da Terceira República (1946-1964). Essas disputas geraram acalorados debates no Clube Militar, sobretudo ao longo da década de 1950, e opunham duas correntes políticas principais. De um lado, os nacionalistas defendiam uma linha de desenvolvimento econômico e social por meio do Estado nacional a partir de uma agenda reformista. Esse grupo englobava um espectro bastante amplo de posicionamentos políticos, que incluía militares de esquerda, comunistas e socialistas. De outro, os chamados “internacionalistas” eram favoráveis aos investimentos do capital estrangeiro, defendendo principalmente o alinhamento com os Estados Unidos.

As lideranças hierárquicas mais proeminentes à frente do golpe subsidiavam as teses dos “internacionalistas” e qualificavam genericamente os militares “nacionalistas” como “comunistas”. Nesse sentido, a transitoriedade que caracteriza os dois primeiros ciclos punitivos se relaciona com a lógica do “acerto de contas” resultante das disputas internas às Instituições Militares (Klein; Figueiredo, 1978, p. 120). A brevidade da abrangência do AI-1 – 60 dias para a abertura dos inquéritos e o indiciamento de prováveis responsáveis – desagradou os oficiais mais radicais, sobretudo pelo curto período destinado à operação limpeza. Conforme Carlos Fico (2014), a origem da chamada linha dura do regime está na insatisfação desses oficiais com os limites desse ciclo punitivo, o que resultaria na rotinização das práticas repressivas e nos atos institucionais que se seguiram (Fico, 2014, p. 102).

A profundidade com a qual o aparato repressivo atuou nas Forças Armadas fornece dados importantes para questionar uma narrativa de memória que pressupõe um comportamento monolítico, coeso e homogêneo entre os membros

dessas instituições. Segundo Cláudio Beserra de Vasconcelos (2018), os processos que atingiram os militares após o golpe guiavam-se por dois objetivos principais: punir e prevenir. O viés punitivo ocorre imediatamente após a tomada do poder, visando expurgar das instituições quaisquer militares com vínculos políticos com o governo anterior e, sobretudo, oficiais gerais e superiores, com postos de comando, que estiveram envolvidos nas disputas políticas internas ao longo da década de 1950. Como mostra o autor, o aprofundamento desse processo atinge uma oficialidade intermediária que, por questões de antiguidade, não estava envolvida nas disputas políticas da década anterior, mas era suficientemente próxima de integrantes do primeiro grupo, demarcando o viés preventivo das punições (Vasconcelos, 2018, p. 174).

Nesse sentido, as perseguições aos militares no pós-64 estão diretamente relacionadas às disputas pelo controle do Estado. O desenrolar de um longo processo de inquéritos, afastamentos e expurgos, que fez de certos setores da classe militar um dos principais alvos da repressão durante a ditadura, teve como objetivo silenciar as vozes dissonantes e garantir uma relativa uniformidade em torno do projeto político inaugurado com o golpe civil-militar. Esse aparente estado de homogeneidade era fundamental para legitimar a mudança da ordem política, que visava atender aos interesses de empresários e tecnocratas beneficiados pelas transformações econômicas, administrativas e institucionais. Ao mesmo tempo, favorecia a desmobilização das principais lideranças das classes trabalhadoras, sindicatos, camponeses e movimentos estudantis (Vasconcelos, 2018; Dreyfuss, 1981).

Dessa maneira, são diversos os casos de militares que pagaram um preço alto por seus posicionamentos políticos, seja com transferências para guarnições distantes ou com a expulsão sumária. Os expurgos atingiram praças e oficiais democratas, nacionalistas, socialistas, comunistas e todos os elementos que pudessem colocar em risco o projeto de poder estabelecido pelos militares golpistas, a partir de abril de 1964. Ao conduzir a política persecutória, o executivo valia-se de uma prerrogativa criada em meio a um contexto de instabilidade para cassar os mandatos e suspender direitos políticos de milhares de brasileiros. Segundo Elio

Gaspari (2002), o aprofundamento da política de ajuste de contas criou a figura política do “cassado”, termo depreciativo e pejorativo sob o qual passaram a ser designados os funcionários públicos – civis e militares – demitidos, reformados ou aposentados compulsoriamente pelas determinações dos atos institucionais (Gaspari, 2002, p. 131).

Cabe destacar que o discurso anticomunista ganhou força como instrumento de propaganda política, sobretudo a partir do início da Guerra Fria. Além disso, os argumentos baseados no anticomunismo foram as principais justificativas utilizadas para legitimar a prática repressiva após 1964. A chamada Teoria da Guerra Revolucionária (GR), posteriormente adotada por militares em diversos países da América Latina, partia da hipótese central de uma dupla infiltração comunista: tanto nas Forças Armadas quanto na sociedade civil. Tal infiltração configurava, segundo essa perspectiva, uma grave ameaça à nação. Nesse contexto, as Forças Armadas passavam a ocupar o centro da disputa pelo controle do Estado, já que a presença de indivíduos comunistas em suas fileiras seria vista como uma afronta direta aos valores e à coesão da corporação. O ambiente golpista, característico da década de 1960 no Brasil é depositário, sobretudo, dos efeitos gerados pela disseminação da doutrina da Guerra Revolucionária (GR). Segundo Maud Chirio (2014), a GR foi elaborada durante a malfadada experiência do exército francês nas guerras da Indochina e da Argélia. No Brasil, essa doutrina chega a partir de traduções de artigos publicados na *Revue Militaire d'information*, periódico ligado ao Ministério da Defesa Francês. Aqui essas ideias serão facilmente incorporadas pelos militares do exército, devido à relação de proximidade doutrinária entre o exército francês e o brasileiro, que remete à década de 1920 com a atuação da Missão Militar Francesa no Brasil (Chirio, 2014, p. 21).

Com efeito, segundo essa doutrina, as instituições militares estariam sob risco iminente e, portanto, caberia a seus membros exercer uma defesa incansável frente a uma ameaça que sob sua ótica era concreta e constante. Após a renúncia de Jânio Quadros e a crise da legalidade, que culminou com a posse de Goulart em 1961, sob forte resistência dos ministros militares, a narrativa mitológica da ameaça comunista se fortaleceu. O Presidente da República foi alçado ao lugar de maior artífice de um

plano de instauração de um regime autoritário de esquerda no Brasil e, devido ao apoio considerável que possuía entre as classes populares e aos setores subalternos das FFAA, passou a ser acusado de deturpar a hierarquia e a disciplina das instituições militares.

Não se pode perder de vista que o discurso anticomunista característico das instituições militares aprofundou a crise política que culminou com o desfecho no golpe civil-militar de 1964. As raízes desse discurso encontram origens no efeito psicológico causado pelos acontecimentos de novembro de 1935. Nomeada no meio militar como “Intentona Comunista de 1935”, o evento tomou proporções que superaram os próprios acontecimentos, solidificando-se no imaginário militar. O ataque insensato – segundo um dos significados do nome atribuído ao episódio – contribuiu para a construção de uma memória dos efeitos negativos causados pela penetração das ideias de esquerda no meio militar.

O anticomunismo, operacionalizado e difundido em larga escala no meio militar no contexto do golpe de 1964, foi resultado de um processo mais amplo e gradual de elaboração ideológica. Após a chamada “Intentona Comunista”, a dimensão simbólica das rememorações coletivas em torno do monumento na Praia Vermelha, por exemplo, contribuiu para consolidar um discurso anticomunista que destacava o potencial destrutivo da adesão ao “credo vermelho” por parte dos militares. Essa narrativa enfatizava uma dupla traição: à instituição militar, que os insurretos teriam jurado defender, e aos valores de companheirismo, hierarquia e disciplina, considerados essenciais para a manutenção da ordem institucional.

Dessa forma, percebe-se como essa narrativa, alicerce do imaginário militar, passou por um processo de operacionalização e difusão em larga escala, esse processo culminou na construção de um relato mitificado, repetido à exaustão nos cursos de formação e colégios militares. Conforme aponta Rodrigo Patto Sá Motta (2014), o anticomunismo militar que passou a estruturar a política repressiva após o golpe constitui uma síntese entre o anticomunismo tradicional, construído a partir de uma narrativa de memória sobre a Intentona, e os novos conceitos formulados no contexto da Guerra Fria, como a guerra revolucionária e a doutrina de segurança nacional (Motta, 2014, p. 24).

3. O golpe de 1964 e o aparato repressivo nos depoimentos dos militares cassados

Como já mencionado, os depoimentos utilizados nesta parte do artigo integram a coleção de testemunhos audiovisuais reunida pelo Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP), com base na metodologia da história oral. Esse acervo é composto por relatos de ex-presos, perseguidos políticos, familiares de mortos e desaparecidos, além de militantes de movimentos sociais, que tratam da repressão e da resistência política durante a última ditadura militar. É importante destacar que o projeto desenvolvido pela equipe do Memorial integra um conjunto de ações educativas que têm como objetivo manter vivas as memórias daqueles que foram silenciados pelo aparato repressivo. Essas ações, conforme Silva e Braga (2019), são capazes de desencadear um fenômeno transformador de tomada de consciência, impulsionando iniciativas de enfrentamento ao esquecimento e ao silenciamento das vítimas da repressão. Ademais, contribuem diretamente para a construção social da memória pública sobre a ditadura, em oposição às versões oficialistas dos acontecimentos (Silva e Braga, 2019, p. 116).

A busca por testemunhos de militares atingidos pelo aparato repressivo durante a ditadura ocorreu no contexto de uma pesquisa de maior fôlego, cujo tema central é a constituição da Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM). A entidade foi formada durante o processo de redemocratização do Brasil e atuou na preservação da agenda política dos militares legalistas, organizando lutas em torno da ampliação da Lei da Anistia (1979), da defesa dos interesses nacionais, da legalidade democrática e da reconstrução do regime democrático. A busca nos arquivos do Memorial se deu a partir de um cruzamento de dados, buscando pelo nome de militares atingidos pelo aparelho repressivo nos registros do acervo do MRSP.

Nesse sentido, dentre os 166 testemunhos publicizados pelo MRSP, existem 3 (três) entrevistas de história oral com militares perseguidos, coletadas entre outubro de 2013 e abril de 2014. As entrevistas foram realizadas em um momento simbólico

para a construção de uma memória sobre a resistência à ditadura militar, marcado pela expectativa em torno dos resultados da Comissão Nacional da Verdade (CNV).⁴ Além desses depoimentos, o acervo inclui uma coleta pública de testemunhos conduzida pelo professor Paulo Ribeiro da Cunha (UNESP), da qual participaram Bolívar Marinho Soares de Meirelles, tenente do Exército, preso e afastado das Forças Armadas; Paulo Novaes Coutinho, participante da Revolta dos Marinheiros em março de 1964 e também preso após o golpe; e Vicente Silvestre.

Conquanto a percepção dos militares das forças auxiliares seja fundamental para o entendimento da repressão também presente nesses espaços, o presente artigo direciona sua análise às Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica). Por esse motivo, os depoimentos utilizados foram selecionados com base em um critério temático, priorizando os testemunhos de militares das FFAA que participaram da coleta pública mencionada ou, como no caso de Vicente Silvestre, concederam entrevista à equipe do MRSP.

A hostilidade do ambiente interno era sentida, em maior ou menor grau, em todos os níveis da hierarquia, sobretudo entre os militares subalternos. É importante considerar que entendemos como prática coercitiva não somente a violência física dos castigos impostos por possíveis violações dos códigos de conduta, mas também as violências simbólicas naturalizadas como regras nos regimentos internos. É o que relata o Fuzileiro Naval Paulo Novaes Coutinho:

o conselho do almirantado não permitia que cabos e soldados tivessem associação. Só podia ter associação oficiais, sargentos e suboficiais. Nós não podíamos andar fardados, não podíamos estudar, não podíamos nos casar e não podíamos votar. Nós éramos cidadãos de segunda categoria ou abaixo disso ainda (Meirelles; Coutinho; Silvestre, 2014).

A narrativa dos depoentes é parte das suas experiências dentro e fora das Forças Armadas. Nesse sentido, existem os fatores sociais, de classe e de raça que não devem ser ignorados quando se analisa a politização dos militares de forma geral,

⁴ Integram o acervo os testemunhos de: Pedro Lobo de Oliveira, militar da Força Pública de São Paulo, expulso da corporação pelo AI-1; Darcy Rodrigues, sargento do Exército que deixou a corporação em 1964 para integrar o movimento de resistência armada Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); e Vicente Silvestre, coronel da Polícia Militar de São Paulo, preso em 1975.

e o movimento dos marinheiros de 1964 em particular. A maioria dos subalternos das FFAA era proveniente de setores populares, enquanto a oficialidade era recrutada entre as classes médias e a elite. Os jovens entravam para a carreira militar principalmente através do serviço militar obrigatório e passavam a vislumbrar um meio de ascensão social através da profissionalização. Ainda segundo o testemunho de Paulo Novaes Coutinho

Eu já trabalhava, sempre trabalhei lá. Sempre trabalhei, desde garoto. Tínhamos um sítiozinho e desde cinco, seis anos já ajudava a tirar leite, capinar terra, arrancar aipim, mandioca, o que fosse, feijão, milho. Desde quando eu me entendo como gente que eu trabalhei. Então antes ser militar eu sou trabalhador. [...] Vim pro Rio de Janeiro [...] fui trabalhar em comércio. E logo, logo tive que entrar na... Procurar servir o Exército... A Marinha, né? No caso, né? Eu me alistei, e pra ajudar a família, porque as dificuldades eram grandes (Meirelles; Coutinho; Silvestre, 2014).

De acordo com Anderson da Silva Almeida (2012), também não se pode perder de vista o fator regional, uma vez que a maioria dos subalternos da marinha era proveniente das regiões Norte e Nordeste como no caso acima, onde estava concentrado o maior número de Escolas de Aprendizes Marinheiros (EAM), a porta de entrada para a carreira. Dessa maneira, a carreira militar se mostrava atrativa, dado o histórico familiar e social de alguns desses jovens, que possuíam familiares ou conhecidos seguindo a carreira nas FFAA. Além disso, após a chegada ao Rio de Janeiro, os jovens militares conviviam com o baixo soldo e a distância de suas cidades de origem, que somados à dura rotina de treinamento e às sanções aplicadas ao pessoal subalterno – como a proibição do matrimônio ou a proibição de estudar fora da organização militar – tornava a realidade desses marinheiros muito distante do imaginado (Almeida, 2012, p. 34).

No Exército, o cenário não era diferente e os subalternos eram submetidos a estatutos internos que cerceavam direitos aos militares subalternos e condições de trabalho pouco favoráveis. De acordo com Darcy Rodrigues (2014), que no contexto do golpe servia no quartel de Quitaúna/SP, o movimento dos sargentos foi resultante de uma mobilização corporativa que buscava a melhoria de condições de trabalho, a ampliação de direitos e a reforma dos estatutos internos. Segundo o depoimento,

era um absurdo! Sargento só podia casar depois de cinco anos de graduação, só podia usar traje civil depois de cinco anos e entrar no quartel em traje civil, absolutamente... Hoje pode, antigamente não podia. Então eu acredito que nós conseguimos inclusive, reformar o estatuto, com o nosso movimento (Rodrigues, 2014).

A mobilização dos sargentos, citada por Darcy Rodrigues, também deve ser entendida no seu contexto social. Em ambas as falas citadas anteriormente é possível destacar a existência da relação de dominação como um reforço das diferenças sociais vivenciadas fora da caserna. Segundo Parucker (2009), o resgate da experiência dessa parcela de militares é fundamental, uma vez que sua mobilização política decorre da recusa em aceitar de forma passiva os mecanismos de dominação social, tanto os restritos à Instituição Militar, como os presentes na sociedade de maneira geral (Parucker, 2009, p. 34).

Outro ponto fundamental a ser destacado em ambos os depoimentos é o contato dos entrevistados com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), revelando um dos maiores temores dos oficiais: a chamada “infiltração comunista” nas Forças Armadas. Darcy Rodrigues, por exemplo, relata:

fui pra escola de Sargentos, já com uma visão política, já tinha tido contato com a juventude do Partido Comunista [...] então você vê que eu nasci e me criei num ambiente político, meu avô foi militante do Partido Comunista, participou do levante de 35, a maneira dele, né! Quando houve o levante de 35, ele tomou a Prefeitura da cidade que ele morava (Rodrigues, 2014).

Paulo Novaes Coutinho, por sua vez, afirma:

tomei contato com o Partido Comunista muito cedo, por volta de 1958, quando eu tinha uns 14, 15 anos de idade, por ocasião do sexto congresso. Eu morava numa rua onde residiam bastantes companheiros da SUCAM, serviço de endemias rurais, companheiros do Correios. E era uma célula importante do Partido Comunista. Então, eu como garoto, já lia os clássicos, sempre gostei muito de história. E ajudava os companheiros a panfletar o jornal Voz Operária por debaixo das portas nas madrugadas (Meirelles; Coutinho; Silvestre, 2014).

As manifestações políticas dos subalternos serão entendidas como insubordinação e violações dos códigos de hierarquia e disciplina. Ademais, o contato

com o PCB revela ser provável que a proximidade dos depoentes com a militância do partido tenha sido um fator preponderante para identificar, em meio aos regulamentos, a estrutura de repressão e reforço das desigualdades sociais. Segundo José Murilo de Carvalho (2019), os militares subalternos eram sensíveis às investidas dos membros do partido devido ao uso constante dos regulamentos para reafirmar as diferenças sociais, o que tornava iminente a eclosão de um conflito interno. Assim, frente a uma conjuntura favorável às lutas sociais, os militares subalternos extrapolavam a dominação de que eram vítimas para a sociedade como um todo, alinhando-se com seu grupo social de origem (Carvalho, 2019, p. 105).

A efervescência política característica dos primeiros anos da década de 1960 atingia em cheio as FFAA, aparecendo nas divergências entre os legalistas e aqueles favoráveis ao golpismo. As demandas apresentadas pelas praças perpassavam a transformação estrutural das Forças Armadas, ameaçando o núcleo de poder sob o qual se estruturam essas instituições. Após o golpe, a prática punitiva foi institucionalizada pelo AI-1, atingindo diretamente os participantes do movimento dos sargentos, dos marinheiros e os próprios oficiais legalistas.

As violações de direitos se iniciaram tão logo os golpistas se declararam vencedores. Paulo Novaes Coutinho relata em seu testemunho que em 04 de abril de 1964 foi preso e após a decretação do AI-1 foi expulso do Corpo de Fuzileiros Navais. Segundo seu depoimento, dois camburões da polícia militar o retiraram com mais 26 companheiros de dentro do quartel em direção à penitenciária. Entretanto, ao chegar no Ministério da Marinha, o veículo foi interceptado por oficiais do CENIMAR:

o fato é que os delegados foram obrigados a abrir a viatura e nós fomos colocados numa lancha que estava ancorada no cais da bandeira. E nós pensamos: “Puxa, o que vai acontecer com a gente agora? Expulsos, tirados do carro da polícia, fomos entregues. Somos civis, não somos mais nada. Vamos pra onde?” Tinha um navio, o navio Ary Parreiras que estava desmuniado, estava totalmente sem qualquer tipo de beliche, de móvel nenhum. Ele já estava adernado, quer dizer, fazendo água, o casco furado, pra entrar no dique. E nós somos jogados nos porões desse navio e lá passamos 30 dias (Meirelles; Coutinho; Silvestre, 2014).

O depoente registrou que permaneceu preso entre os meses de abril e dezembro de 1964, passando por diversos centros de detenção, entre eles o Navio

Custódio de Melo, a Ilha das Flores, o presídio na Frei Caneca e, por fim, um depósito no Alto da Boa Vista, todos no estado do Rio de Janeiro. Paulo Novaes Coutinho ingressou na resistência armada por meio da Aliança Libertadora Nacional (ALN), permanecendo atuante até a morte de Carlos Marighella, quando do qual participava arrefeceu suas atividades. Depois disso, continuou a se dedicar à luta contra a ditadura, sobretudo após a anistia política de 1979.

A promulgação da Lei da Anistia permitiu, ainda que sob a tutela dos militares, o retorno de atores políticos ao debate público e o arrefecimento da repressão. Entretanto, para os militares cassados, o processo de anistia foi – e ainda é – repleto de meandros. Na prática, a lei de 1979 colocou em evidência os limites de uma transição política feita a partir de acordos encabeçados pelo próprio governo. A lei não atendeu os militares punidos, que demandavam o reconhecimento oficial das perseguições sofridas, políticas de reparação material e a possibilidade de reintegração profissional a todos aqueles que desejassem. Dessa maneira, Paulo Novaes Coutinho foi um dos articuladores, ainda na década de 1980, da União dos Militares Não Anistiados (UMNA), entidade que pleiteava políticas de reparação material e simbólica aos militares punidos durante a ditadura, sobretudo aos praças das Forças Armadas.

Os relatos de Darcy Rodrigues, por seu turno, conservam as particularidades de suas experiências como sargento em Quitauína, mas se assemelham em alguns pontos ao depoimento de Paulo Novaes Coutinho. Darcy Rodrigues afirma que foi preso em 07 de abril de 1964 junto com outros 21 sargentos de sua unidade, envolvidos com o levante de Brasília em 1963. Nessa ocasião, passou 60 dias encarcerado em diversos centros de detenção da época, tais como: Forte Itaipu, na Base Aérea de Itapema, e no Navio Raul Soares. Passados os 60 dias estipulados pelo IPM, Darcy Rodrigues foi reintegrado à tropa.

É importante destacar que a primeira leva de cassações e expurgos se restringiu aos militares opositores ao golpe nas FFAA, mas aqueles que foram reintegrados, como no caso em tela, e que continuaram desenvolvendo atividades políticas, foram novamente perseguidos. Darcy seria novamente preso em 1970,

momento em que o ex-militar já atuava na clandestinidade. Nessa ocasião, o depoente destacou as sevícias que sofreu no cárcere:

Quando não estávamos sendo torturados com pau de arara e choques, permanecíamos estaqueados, ou seja, deitados no solo com as pernas e os braços abertos, com os pulsos e tornozelos amarrados em estacas. Durante 10 dias as únicas refeições foram uma caneca de café com leite e um pedaço de pão, e uma marmita com arroz e feijão sem nenhuma mistura. Na Operação Bandeirantes eram torturas três vezes ao dia, manhã, tarde e noite, durante as folgas das torturas ficava numa cela forte, uma caixa de metal minúscula. Foi assim até a minha transferência para a Base do Galeão (Rodrigues, 2014).

Entre os oficiais, podemos destacar o testemunho do então tenente Bolívar Marinho Soares de Meirelles, que se formou em 1962 e servia em Goiânia na ocasião do golpe. Em seu testemunho, Bolívar traça um panorama da conjuntura que propiciou o movimento golpista de 1964. Possivelmente essa característica do depoimento é decorrente de sua formação como cientista social obtida após seu desligamento das FFAA. É importante destacar que relatos biográficos são também tentativas de atribuir uma lógica ao passado, dando-lhe inteligibilidade (Bourdieu, 2006, p.184). Nesse sentido, o entendimento acerca de uma determinada trajetória de vida deve levar em consideração os variados espaços pelos quais o indivíduo circulou. No caso, o militar possui uma sólida militância política junto ao PCB. Essa atuação, somada a sua formação acadêmica, influencia sua narrativa e seu entendimento sobre a conjuntura política da época.

Segundo o depoimento, a atuação como membro do Partido Comunista veio antes de sua formação militar. O depoente afirma que possui recordações de ações do PCB desde quando era criança, devido à influência de familiares. Essa formação política, provavelmente, influenciou o posicionamento do jovem tenente nos debates característicos do período:

Eu saio aspirante em 1962, vou servir em Goiânia. [...] Estava aqui no período em que se deu o comício na Central do Brasil, tenho contato com o coronel Kardec Leme e ingresso, naturalmente sem carteira assinada, no Partido Comunista Brasileiro. Então eu era um tenente comunista, que já vinha buscando desde a minha juventude esta questão. Eu, quando entrei pro Exército, aos 16 anos, de certa forma eu já tinha uma cabeça feita, no sentido de defender os interesses

do meu povo e das camadas proletárias fundamentalmente e me colocar nesse sentido (Meirelles; Coutinho; Silvestre, 2014).

Convém destacar que o cenário político do período 1946-1964 é marcado pelo avanço político-ideológico da luta dos trabalhadores por direitos. A política passou a fazer parte do dia-a-dia por meio da atuação de sindicatos de trabalhadores, associações profissionais e partidos políticos, integrando discussões no campo, nas fábricas, nas ruas e nos quartéis. As amplas discussões sobre as reformas estruturais despertavam no depoente uma maior atenção às demandas sociais. O jovem tenente Bolívar relata que foi enviado à capital federal para controlar o movimento dos sargentos, mas que entendia como justas as demandas propostas pelos militares subalternos e, por esse posicionamento, acabou também sendo preso logo após o golpe.

Conforme destacou, após o golpe ocorreu uma reestruturação do comando da unidade em que servia, fator que transformou o local em uma verdadeira câmara de tortura.

bem, esse golpe dos Generais, que me colheu lá em 1964, eu soube dele em 1 de abril. Se foi 31 de março é problema deles e da mídia aí. Eu soube na madrugada de 1 de abril. E em 64 eu já estava sendo mandado pra fora das Forças Armadas porque eu não compactuava com o golpe de Estado e não compactuava com a câmara de tortura que já se transformara esta unidade do exército em Goiânia. Comandado na mudança de comando pelo coronel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Melo. Eu fui preso rapidamente, porque eu fui preso em Goiânia ainda com uma estrelinha em cima [referência ao posto que ocupava como segundo-tenente]. Há uma diferença muito grande dentro das Forças Armadas, você ser oficial e você ser praça. Fiquei ali 11 dias e eu sou desligado das Forças Armadas (Meirelles; Coutinho; Silvestre, 2014).

A trajetória política do oficial após sua expulsão das FFAA continuou dentro dos limites impostos pela ditadura. Bolívar destacou que após a cassação optou por se distanciar dos movimentos de resistência armada contra a ditadura, seguindo as orientações do PCB. Contudo, entende como fundamental a luta de Marighela, Lamarca, Apolônio de Carvalho, entre outros, contra a ditadura. Segundo destacou:

não deixo de identificar e ressaltar heróis da pátria, como aqueles que foram atrás da li... Pela liderança de Carlos Marighella, do

capitão Lamarca, e outras pessoas, Apolônio de Carvalho, que foram para a luta armada. Se afastaram do partido, e foram para o viés da luta armada. Eu permaneci na luta política junto com Kardec, junto com brigadeiro Teixeira, Joaquim Inácio, Tácito Lívio de Freitas entre outros (Meirelles; Coutinho; Silvestre, 2014).

A luta do oficial, e dos demais militares expulsos das fileiras das FFAA após o golpe, seguiu após as cassações. As mobilizações mais efetivas irão ocorrer a partir da promulgação da Lei da Anistia em 1979. Com a fundação da Associação de Militares Cassados (AMIC), em 1980, que posteriormente foi reestruturada, tornando-se a Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM). Essas entidades se envolveram na luta dos militares perseguidos, buscando políticas de reparação financeira e simbólica em meio ao processo de abertura do regime. Dessa maneira, fica claro o contexto de perseguições e expurgos de militares que não cancelaram o golpe promovido por seus pares em 1964. Esses militares passaram a utilizar o espaço das associações para promover debates políticos e elaboração de propostas, apresentando-as à sociedade civil, inserindo suas demandas às dos demais movimentos sociais característicos do contexto da abertura no final dos anos 1970.

Considerações finais

Os fragmentos das trajetórias anteriormente analisadas integram as experiências de um grupo específico que pertence ao conjunto de memórias críticas à ditadura militar, ainda pouco explorado por trabalhos dedicados ao tema. Dessa maneira, o estudo do aparato repressivo, bem como das experiências dos militares contrários ao golpe de 1964, auxilia no entendimento da abrangência da repressão durante um período importante da história recente do Brasil. Apropriar-se desse passado é entender o estado de heterogeneidade presente nas FFAA antes do golpe civil-militar de 1964, engendrando meios de superar as heranças institucionais do período nas forças de segurança nacional. Do mesmo modo, nos serve para problematizar a construção de uma memória conservadora sobre o golpe e o regime militar elaborada atualmente pelas Forças Armadas que procura identificar o conjunto das FFAA com uma memória positiva do golpe e da ditadura.

Como analisado, a “operação limpeza” praticada nas instituições militares constitui-se em um aspecto peculiar da ditadura brasileira, atingindo um grande número de pessoas ao longo dos 21 anos do regime. O mecanismo de repressão do qual esses militares foram alvo pode ser entendido como uma versão em menor escala da complexa rede repressiva posteriormente implementada contra a sociedade. A capilaridade e a eficácia apresentadas pelo aparato repressivo demonstram que havia uma preocupação em aprimorar as técnicas de controle e punição. Além disso, o alto número de atingidos pela chamada “violência revolucionária” logo após o golpe indica que, ao contrário do que afirmam os militares e seus simpatizantes, a escalada repressiva não foi uma resposta à radicalização dos opositores, mas sim o resultado de uma demanda interna do regime para consolidar seu domínio sobre o Estado, especialmente por meio do controle das Forças Armadas.

Referências

- ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo o leme a bombordo: marinheiros e a ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à anistia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- BOURDIEU, Pierre (2006). A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M; AMADO, J. (org.). 8. Ed. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, p. 183-191.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório, v.1. Brasília: CNV, 2014.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2º ed., Rio de Janeiro: Todavia 1ª reimpressão, 2019.
- CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- DREYFUS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1981.
- FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

LEITE, Valéria et al. Experiências de pesquisa com trabalhadoras e trabalhadores por meio de fontes orais na História Social: caminhos e possibilidades. *História Oral*, v. 23, n. 2, 2020, p. 243-258. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1081>. Acesso em: 27 mai. 2025.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. 2º Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: Filho, João Roberto Martins. *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961 – 1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*. 1º ed., São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SALES, Jean Rodrigues; MORAES, Luís Edmundo de Souza; et all (orgs). *História escrita, história vivida: movimentos sociais, memória e repressão política na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2019.

SILVA, Alessandro Soares da; BRAGA, Victória Lustosa. Memorial da Resistência: um instrumento de políticas de memória, de educação em direitos humanos e de luta contra o esquecimento. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, São Paulo, Brasil, v. 9, n. 1, p. 101-122, 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rgpp/article/view/176278>. Acesso em: 6 jun. 2025.

SMALLMAN, Shawn C. A profissionalização da violência extralegal das Forças Armadas no Brasil (1945-64). In: CASTRO, Celso et alii (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas / Bom Texto, 2004, p. 389-409.

TRINDADE, Talita de Oliveira; DA COSTA, Alessandra de Sa Mello. Reflexões sobre a produção de espaços de memória em contextos de justiça de transição: o caso do Memorial da Resistência de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 407-436, dez. 2017. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/105>. Acesso: 27 mai. 2025.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *Repressão a Militares na Ditadura pós-64*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

Fontes

Entrevistas do Acervo do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP).

MEIRELLES, Bolivar Marinho Soares de; COUTINHO, Paulo Novaes; SILVESTRE, Vicente. Coleta Pública de Testemunhos sobre a resistência dos militares à ditadura civil-militar. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Paulo Cunha em 05/04/2014.

RODRIGUES, Darcy. Entrevista sobre o Quartel de Quitaúna no contexto da ditadura civil-militar. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Ana Paula Brito e Paula Salles em 11/03/2014.

Processos Judiciais – Coleção Brasil: Nunca Mais. BNM 28/1964.

Artigo recebido em: 27/05/2025

Aprovado para publicação em: 09/06/2025